

Modelo de três vértices dá lugar a teto de 5,5%

Diante da pressão do mercado, modelo mais complexo desaparece e proposta atual é de corte de 0,5 ponto na taxa

O debate sobre as novas metas atuariais acabou convergindo para uma coisa bem mais simples do que se poderia supor ao se ouvir as primeiras apresentações dos técnicos da Previc e do Conselho Geral de Previdência Complementar (CGPC), que falavam num complexo modelo de três vértices balizados por NTN-Bs de diferentes durations. Ao final, o modelo que será apresentado pelo governo na reunião do Conselho Geral de Previdência Complementar (CGPC) prevista para acontecer na segunda semana de outubro será uma simples redução do teto de 6% para 5,5% ao ano e a adoção da tábua AT 2000.

O mercado tinha recebido com muitas dúvidas e críticas a proposta inicial do novo modelo para a meta atuarial, apresentado nos últimos meses em eventos do setor por integrantes da Previc e SPPC. “A proposta de vértices era muito complexa e criava problemas como o aumento da volatilidade para os planos de benefícios”, diz o diretor de relações institucionais da Abrapp, Dílson Joaquim de Moraes.

Além de complexa, a proposta tocava em pontos sensíveis aos participantes. A Anapar, associação que representa os participantes dos fundos de pensão, não gostou da “vinculação do cálculo das metas com as taxas dos títulos públicos”, explicou a presidente da entidade, Cláudia Muinhos Ricaldoni. Sem rodeios, levou suas críticas diretamente ao Ministério da Previdência, na figura do secretário-executivo Carlos Eduardo Gabas. “Estamos de acordo com os questionamentos da Abrapp em relação à proposta de mudança da meta atuarial, mas para nós o problema era ainda maior”, conta Cláudia.

Dirigentes de fundos de pensão, con-



CUNHA JR: tábua AT 2000

sultores atuariais e participantes passaram a questionar publicamente a proposta em eventos do setor, como por exemplo, no encontro nacional de beneficiários, realizado em agosto em Salvador. Depois disso, a Abrapp se reuniu em meados de setembro com o secretário da Previc, José Maria Rabelo, e apresentou suas críticas e propostas. Diante da inesperada saraivada de críticas, a SPPC e Previc decidiram recuar da proposta original. Elaboraram uma nova proposta, que passa apenas pela alteração da Resolução 18 do CGPC.

“Compreendo as dúvidas que surgiram com relação ao modelo de vértices, principalmente na questão da precificação das taxas e da utilização das NTN-Bs. Por isso, queremos aprofundar o debate para o ano que vem e enquanto isso, vamos propor mudanças mais simples”, diz o secretário-adjunto da SPPC, José Edson da Cunha Jr.

A proposta de vértices substituiu a taxa de desconto fixa, que atualmente é de no máximo 6% ao ano, por uma média móvel calculada com base nas NTN-Bs – Notas do Tesouro Nacional Série B. Além disso, criava três grupos de planos de benefícios de acordo com a expectativa

de sobrevivência dos participantes – até 10 anos, de 10 a 20 anos e acima de 20 anos. Para cada grupo haveria um cálculo diferente de precificação da meta baseado no prazo das NTN-Bs. “Era uma tentativa de adotar um modelo técnico mais adaptado às necessidades de cada plano”, diz Cunha Jr. Ele reconhece que a proposta não foi bem aceita e compreendida. “Vimos que era uma proposta com complexidade razoável e que precisava de uma discussão mais aprofundada”, diz.

Ele esclarece que o modelo dos vértices não foi abandonado. “Vamos propor a formação de uma comissão temática para estudar e elaborar o novo modelo para a meta atuarial”, diz. A ideia é propor a formação da comissão também na próxima reunião do CGPC.

PRAZO DE ENQUADRAMENTO – Mesmo com as mudanças simplificadas, a discussão promete esquentar a próxima reunião do CGPC. É que mesmo a redução da taxa de juros da meta em 0,5 ponto deve trazer controvérsias. “Concordamos com a revisão da taxa, porém defendemos um prazo maior para o enquadramento dos planos atuais”, diz Dílson Moraes. Segundo o diretor da Abrapp, o prazo ideal para a adequação seria de no mínimo quatro anos e não de apenas dois anos, como está na Resolução 18, para os planos de benefícios com déficit.

A discussão sobre a tábua de mortalidade também não é consenso. “Temos estudos e projeções que indicam que a mudança para a AT 2000 não é necessária para algumas fundações”, diz o supervisor atuarial da Gama Consultores Associados, João Marcelo Carvalho. O consultor explica que em algumas regiões do país e para alguns grupos de participantes, a AT 2000 traz premissas acima das projeções de sobrevivência.

“Defendemos um modelo de tábua de mortalidade adaptado às hipóteses e testes de aderência de cada plano de benefícios”, diz Carvalho. Ele defende também um modelo de taxa de desconto adaptado à necessidade de cada fundo de pensão, de acordo ao perfil do estoque de ativos e expectativas de cenários. “A meta atuarial deveria ser coerente com o modelo de supervisão baseada no risco”, diz. ■

CNPC adia definição sobre norma de retirada de patrocínio

Na 8ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). A principal discussão girou em torno da atualização da resolução que regula a retirada de patrocínio no âmbito do regime fechado de previdência complementar. A atual legislação sobre o tema foi instituída no ano de 1988.

Na reunião, realizada na última segunda-feira (8), em Brasília, a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e a Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas (Apep) anunciaram o desenvolvimento de uma resolução alternativa elaborada em conjunto pelas três entidades.

A representante no CNPC dos participantes e assistidos, Cláudia Ricaldoni, defendeu a elaboração dessa nova proposta como uma tentativa de construção de consenso entre os diferentes agentes que atuam no regime de previdência complementar. A previsão é que seja convocada uma reunião extraordinária do Conselho para a definição das regras que vão regular a retirada de patrocínio dos fundos de pensão no País.

De acordo com o secretário-adjunto de políticas de previdência complementar do Ministério da Previdência, José Edson da Cunha Junior, a atualização da norma de retirada de patrocínio representa prioridade para o sistema, em virtude do aumento significativo de reorganizações societárias realizadas por empresas no Brasil na última década. Hoje, dos 1.129 planos de benefícios existentes no país 78 estão em processo de retirada de patrocínio.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) apresentou ainda propostas de alteração nas Resoluções CGPC 18 de 2006 e 26 de 2008. Pela proposta, a Previc defendeu uma redução de 0,5% no limite da taxa de juros realizada pelos fundos. Desse modo, a taxa máxima atuarial operada pelas entidades cairia de 6% para 5,5%.

Sobre a questão, os representantes do Conselho decidiram pela constituição de um grupo temático que aprofundará a discussão. Depois de instituído, o grupo terá 30 dias para apresentar uma proposta concreta ao CNPC.

Na reunião, a Previc ainda apresentou proposta para a adesão simplificada no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar. De acordo com medida, pré-intitulada de inscrição automática, o empregado admitido em uma empresa patrocinadora de plano de

benefícios seria inserido automaticamente no plano de previdência. Pela proposta, a inserção ficaria submetida a uma confirmação posterior. O objetivo da proposição é ampliar a cobertura do regime fechado de previdência complementar no país.

Para o diretor superintendente da Previc, José Maria Rabelo, a experiência internacional aponta nesse sentido. A proposta recebeu apoio inicial pela maior parte dos conselheiros, mas deverá passar por aprofundamento.

Conselho – Criado pela Lei nº 12.154/2009 o CNPC é responsável pela regulação do regime de previdência complementar brasileiro hoje composto por 332 entidades fechadas de previdência complementar e 1.129 planos de benefícios, instituídos por 2.349 patrocinadores, 505 instituidores e por três milhões de participantes e assistidos.

O CNPC é integrado por oito membros entre representantes do governo federal, das entidades fechadas de previdência complementar, dos patrocinadores ou instituidores dos planos de benefícios e dos participantes e assistidos. Até o 1º semestre de 2012, o patrimônio dos fundos de pensão do país chegou a R\$ 626 bilhões, o que representa cerca de 14% do PIB brasileiro. (Ana Carolina Melo, ASCOM/MPS)

Você pode acompanhar quaisquer respostas a esta entrada através do [RSS 2.0](#) You can skip to the end and leave a response. Pinging is currently not allowed.